

MUNICÍPIO DE APIACÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO DE PREFEITO
CONSOLIDADO
2022

APIACÁ – ES, 22 de março de 2023

APRESENTAÇÃO

O presente relatório compõe a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Apiacá na gestão do Prefeito Sr. Fabrício Gomes Thebaldi, conforme dispõe a Instrução Normativa TCEES 68/2020, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

O Município de Apiacá, ao concluir o exercício de 2022, vem apresentar as informações que demonstram os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, demonstrando uma visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão do serviço público do Poder Executivo.

As ações do Município tiveram como balizadores os seguintes órgãos:

001	CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁ
010	GABINETE DO PREFEITO
020	COORDENADORIA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO
030	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
040	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
050	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
060	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
070	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
080	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
090	SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTE, CULTURA E TURISMO
100	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA
110	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E ATIVIDADES URBANAS
120	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
130	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022 – IN TC 68/2020, TCEES

a) Atendimento aos limites constitucionais

A Prefeitura de APIACÁ atendeu os limites previstos na Constituição Federal, realizando ações de serviços públicos de saúde e ações para manutenção e desenvolvimento do ensino infantil e fundamental.

Nos gastos com educação, especificamente com relação à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), o dispêndio alcançou 28,28% de receitas resultantes de impostos. O valor gasto com Educação para fins de aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no ano de 2022 foi de R\$7.015.626,00 (sete milhões quinze mil quinhentos seiscientos e vinte e seis reais).

Ainda no que particulariza a educação, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da

Educação (FUNDEB), foram gastos 93,79% da receita específica recebida a título do FUNDEB, na remuneração do magistério com ensino infantil e fundamental, bem acima do limite constitucional mínimo de 70%, sendo que o valor com despesa do FUNDEB foi de R\$ 5.322.366,48 (cinco milhões trezentos e vinte e dois mil trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

Em relação à Saúde, os gastos foram de 22,27%, o que representa o valor de R\$ 5.247.602,68 (cinco milhões duzentos e quarenta e sete mil seiscentos e dois reais e sessenta e oito centavos), índice que evidencia uma margem positiva marcante diante do limite constitucional de 15%.

Quanto ao repasse para a Câmara Municipal, a Prefeitura Municipal de Apiacá atendeu o art. 29-A da Constituição Federal repassando para o órgão R\$1.504.550,04 (um milhão quinhentos e quatro mil quinhentos e cinquenta reais e quatro centavos), que representa 7% da receita arrecadada em 2021 estabelecidas na CF.

b) Atendimento aos limites estabelecidos pela LRF

Em relação aos limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura Municipal de Apiacá atendeu a lei conforme apresentamos.

A despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal foi de R\$ 17.115.183,96(dezessete milhões cento e quinze mil cento e oitenta e três reais e noventa e seis centavos) representando 44,34% da Receita Corrente Líquida que atingiu o montante de R\$38.599.647,84(trinta e oito milhões quinhentos e noventa e nove mil seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e quatro centavos), estando, portanto, abaixo do limite de alerta do TCEES, prudencial e máximo, estabelecidos pela LRF.

c) Medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal

Esta administração está ciente da adoção de medidas, no sentido de manter o índice de gasto com pessoal dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em especial aos artigos 22 e 23 da referida Lei. Mantendo-se abaixo do limite de alerta estabelecido pelo Tribunal de Contas do Espírito Santo, conforme detalhado no item b deste relatório.

d) Cumprimento de metas estabelecidas

No tocante à prescrição contida no art. 59 da LRF em relação à execução orçamentária no exercício de 2022, pôde-se observar as seguintes movimentações extraídas dos relatórios resumidos de execução orçamentária e relatórios de gestão fiscal do exercício de 2022, a saber:

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à receita (receita primária) foi de R\$ 35.399.548,03 (trinta e cinco milhões trezentos e noventa e nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e três centavos). A receita primária realizada até dezembro de 2022, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF, art. 53, inciso III), foi de R\$ 39.547.608,20 (trinta e seis milhões quinhentos e quarenta e sete mil seiscentos e oito reais e vinte centavos).

A previsão atualizada das metas estabelecidas, referente à despesa (despesa primária) foi de R\$ 44.553.292,22 (quarenta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e três mil duzentos e noventa e dois reais e vinte e dois centavos). A despesa total liquidada até dezembro de 2022, conforme o relatório resumido da execução orçamentária, demonstrativo do resultado primário - Anexo VI, (LRF, art. 53, inciso III), foi de R\$ 39.620.950,03 (trinta e nove milhões seiscentos e vinte mil novecentos e cinquenta reais e três centavos), sendo R\$ 36.679.096,75 (trinta e seis milhões seiscentos e setenta e nove mil noventa e seis reais e setenta e cinco centavos) de despesas primárias correntes e R\$ 2.941.853,28 (dois milhões novecentos e quarenta e um mil oitocentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos) de despesas primárias de capital.

e) Renúncia de Receitas

O município de Apiacá no decorrer do exercício de 2022 não instituiu ou concedeu benefícios e incentivos fiscais, como os elencados no artigo 14 da LRF que são considerados renúncia de receita.

f) Adoção de medidas de compensação para a renúncia de receita

Por não criar ações ou políticas públicas que impliquem em renúncia de receita não houve adoção de medidas para sua compensação.

g) Cumprimento dos programas previstos na LOA e sua consonância com a LDO e com a PPA

Informamos que todos os programas e ações de governo estabelecidos no PPA foram executados em harmonia com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, conforme consta nos relatórios de gestão individuais de cada unidade orçamentária deste Município encaminhado a esta Corte de Contas.

h) Inscrição, baixa e pagamento de precatórios

No exercício de 2022 o valor de precatórios é de R\$ 32.206,23 (trinta e dois mil duzentos e seis reais e vinte e três centavos) conforme lista encaminhada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

i) Gastos com publicidade

No decorrer do exercício de 2022 não foram constatadas despesas com publicidade.

j) Estratégias adotadas pela Procuradoria Geral para recuperação de créditos tributários

O Município de Apiacá adota com regularidade o procedimento de cobrança judicial e administrativa de créditos tributários e não tributários, devidamente inscritos em dívidas ativas. Conforme pode-se constar nos relatórios de fechamento de dívida ativa encaminhados a esta Corte de Contas.

k) Atendimento das recomendações e/ou determinações contidas nos pareceres prévios emitidos pelo TCEES

Foram e estão sendo adotadas todas as providências cabíveis, referente a determinações e/ou recomendações do TCEES.

l) Desempenho da arrecadação das receitas municipais

A receita de tributos próprios no exercício de 2022 foi de R\$ 1.691.512,60 (um milhão seiscentos e noventa e um mil quinhentos e doze reais e sessenta centavos).

Dentre a arrecadação dos impostos municipais o valor do IPTU foi de R\$ 266.697,62 (duzentos e sessenta e seis mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), enquanto o ISS fez a quantia de R\$523.181,37(quinhetos e vinte e três mil cento e oitenta e um reais e trinta e sete centavos), o ITBI obteve R\$210.477,57(duzentos e dez mil quatrocentos e setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

m) política recuperação dos créditos inscritos em Dívida Ativa

O total inscrito em dívida ativa ao final do exercício de 2022 totaliza o montante de R\$2.836.658,62 (dois milhões oitocentos e trinta e seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e dois centavos), sendo a dívida ativa tributária R\$2.087.696,35 (dois milhões oitenta e sete mil seiscentos e noventa e seis reais e trinta e cinco centavos) e a dívida ativa não tributária R\$ 748.962,27(setecentos e quarenta e oito mil novecentos e sessenta e dois reais e vinte e sete centavos).

n) Participação acionária

O Município de Apiacá não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista.

GESTÃO PATRIMONIAL

O Município de Apiacá, possui departamento estruturado para gestão patrimonial de bens móveis, imóveis e intangíveis. No decorrer do exercício de 2022 foram incorporadas as aquisições realizadas bem como a reclassificação de obras em andamento para obras concluídas e demais procedimentos realizados de acordo com orientação do TCE/ES pautadas no MCASP 6ª edição e departamento de contabilidade do município, conforme pode-se constatar nos demonstrativos e termos de inventário encaminhados nesta PCA.

CONCLUSÃO:

O Município de Apiacá, cumpriu com suas responsabilidades emanadas pela legislação Constitucional e Infraconstitucional, cumprindo com os limites de aplicação dos recursos no atendimento à legislação vigente quanto a aplicação mínima de gasto com saúde, educação e profissionais do magistério e gasto com pessoal.

Manteve o gasto com pessoal abaixo do limite de alerta do TCEES, em obediência ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000.

Realizou a conciliação físico contábil dos bens móveis, imóveis e intangíveis do Município.

Encerrou o exercício com equilíbrio entre receita e despesa bem como encerrou o exercício financeiro com disponibilidade de caixa positiva por fonte de recurso.

Atendeu as determinações e recomendações desta Respeitada Corte de Contas.

Contudo, ressaltamos que nossa gestão é pautada pelos princípios da administração pública que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

FABRÍCIO GOMES THEBALDI
Prefeito Municipal